



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas de trabalho e geração de renda

A INCLUSÃO PRODUTIVA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO EXPRESSÃO DO REPOSICIONAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS FRENTE À FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITALISMO

NATÃ SOUSA COUTINHO¹

ANDREA DE SOUSA GAMA²

RESUMO

O artigo tem como objetivo caracterizar a presença das ações de inclusão produtiva na política de assistência social contemporânea. A metodologia se deu por meio da revisão bibliográfica e exposição de dados de uma experiência na Baixada Fluminense. Os resultados apontam a inclusão produtiva como expressão da reestruturação produtiva nas políticas sociais.

Palavras-chave: Assistência Social, Inclusão Produtiva, Trabalho.

ABSTRACT

The paper aims to characterize the presence of productive inclusion actions in contemporary social assistance policy. The methodology was carried out through a bibliographical review and presentation of data from an experience in Baixada Fluminense. The results point to productive inclusion as an expression of productive restructuring in social policies.

Keywords: Social Assistance, Productive Inclusion, Work.

Introdução

Desde pelo menos os anos 2000 tem sido cada vez mais comum encontrar nas unidades de atendimento da política de assistência social a oferta não apenas dos serviços e benefícios tipificados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) ou a transferência de renda direta através do Programa Bolsa Família, mas também o incentivo ao trabalho e a geração de

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

² Universidade Estadual do Rio de Janeiro

renda dos usuários da assistência social. Nomeada mais comumente de inclusão produtiva (Souza, 2014), tais elementos ocorrem na medida em que as políticas sociais brasileiras que representam os direitos sociais constitucionais são descontinuadas e afastam-se do conceito de seguridade social (Boschetti, 2016).

Buscando entender tal situação, o artigo a ser apresentado tem como objetivo caracterizar e analisar as ações de inclusão produtiva na Assistência Social, a partir de uma experiência na Baixada Fluminense, nos anos de 2020/2021. Por fim, registra-se que o material a seguir é parte da dissertação discente elaborada no programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Conceituando a Inclusão Produtiva

Para trazer à tona a Inclusão Produtiva, é preciso conceituar suas ações no contexto do mundo do trabalho. Como aponta a literatura, as ações de geração de emprego e renda no âmbito do Estado, emergiram nos anos 1990 (Elói, 2014). Nessa esteira, Barbosa (2006), analisa a emergência das políticas de geração de trabalho e renda no Brasil. Tecendo um paralelo com a época da reestruturação produtiva e do Consenso de Washington, pode-se analisar as políticas de geração de trabalho e renda como ações de um Estado sob um ajuste ao modelo neoliberal.

A contradição frente a esta ofensiva neoliberal e que também auxilia a explicar a emergência das ações de geração de emprego e renda aparece quando se analisa o contexto interno por que passava o Brasil (Brettas, 2020), com processos como: a) Redemocratização e movimentos sociais pujantes; b) Assembleia Constituinte e Constituição Federal promulgada com um capítulo referente à Seguridade Social e c) Crise econômica e a década perdida de 1980. Sobre o processo de redemocratização, ocorrido a partir de 1985 – ainda sem eleições diretas à ditadura civil-militar – não se pode olvidar que redemocratizar, obviamente, considerava os conceitos burgueses de democracia. Em relação à Assembleia Constituinte, o que trazia direitos e garantias para a população, foi representado pela Constituição Federal em 1988, com um caráter híbrido de concessões aos interesses privados e direitos não universalizados, como é o caso da assistência social, que conta no artigo 6º como para aqueles que dela necessitam.

Logo, em um país com um desemprego estrutural, de capitalismo dependente e de foco na exportação de commodities, o modelo liberal social iniciado pela era Fernando Henrique Cardoso

(FHC) e continuada nos governos Lula deu o tom para o Estado Social que se desenvolveu nos anos de 1990 e 2000.

Sendo o trabalho uma categoria debatida nesta época em que, como afirma Antunes (2015) a Europa discutia um possível fim da centralidade do trabalho, o Brasil no contexto de capitalismo periférico, parecia estar preocupado em inserir o seu exército industrial de reserva, sob um consentimento posto de pertencer à subalternidade (Núbia, 2014) deste sistema, na ótica de um modelo de desenvolvimentismo (Brettas, 2020).

Sobre a compreensão das ações de Inclusão Produtiva, Souza (2014) a define como sendo um termo que nomeia as ações voltadas a uma população específica: aquela em extrema pobreza. Aparecem, ainda, como ações que tem como objetivo oportunizar geração de trabalho e renda.

Tais ações podem ser concretizadas tanto em âmbito de um programa de governo federal, como é o exemplo do Brasil Sem Miséria nos anos 2000 (programa importante para entender o que se identifica como Inclusão Produtiva atualmente), quanto para designar atividades locais que buscam ofertar cursos de capacitação profissional e oficinas temáticas relacionadas aos objetivos da inclusão produtiva. Trata-se de uma realidade crescente desde, pelo menos, os anos 2000, com os termos sinônimos de economia solidária e demais iniciativas, e tem se consolidado como uma área de intervenção em políticas públicas, mesmo que com distintas nomenclaturas³ e ações distintas (Souza, *idem*).

A maior parte da população pobre em idade adulta do Brasil é economicamente ativa. Contudo, sua inserção no mundo do trabalho em geral é precária, com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional. A estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e visa à superação da extrema pobreza em todo o país até o final de 2014, trouxe novas perspectivas a esse público (Costa, *et. al*, s.d, p. 1).

Como pode ser observado, apesar de reconhecer que a maioria da população brasileira está em situação precária de trabalho, os autores (*idem*) trazem um ponto de vista que objetiva explicar esta inserção no trabalho a partir da individualização da situação concentrada no sujeito, como se a falta de oportunidades de acesso ao estudo e a cursos profissionalizantes fossem suficientes para explicar. Ora, esta é apenas uma parte da história.

³ No Governo Executivo Federal de Luís Inácio Lula da Silva, vigente desde 2023, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o termo utilizado passou a ser “Inclusão Socioprodutiva”, embora as ações continuem as mesmas e seus objetivos também.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entretanto, a partir desta citação, pode-se levantar que há uma ausência nos pensadores da Inclusão Produtiva para com o reconhecimento do processo multifatorial que leva ao desemprego, deixando uma ausência em mencionar a exploração da força de trabalho e o racismo institucional como elementos que agregam à esta realidade. Ao pensar em uma sociedade sem contextualização histórica e sujeitos com marcadores sociais, elabora-se programas e políticas públicas nestes moldes. O texto traz, ainda, a constatação da precariedade das condições de trabalho de uma parcela da população brasileira, entretanto traz como argumento a falta de acesso à educação e a qualificação profissionalizante.

Para além de denotar um cunho elitista para com as classes subalternizadas, esta corrente de pensamento sobre as ações de Inclusão Produtiva ignora as condições históricas impostas para o público requerente das ações de inclusão produtiva brasileira, o que a faz posteriormente não acessar, aí sim, as políticas de educação e se inserir em vínculos de trabalho condizentes com suas necessidades. Ademais, não se deve trazer para o indivíduo um fato que revela a própria inação na condução de um Estado sob a égide do capitalismo contemporâneo de desregulamentação, desproteção social com políticas sociais neoliberais e financerizadas (Brettas, 2020) e a uberização do trabalho que se apresenta como uma forma fragmentada de executar as ações que visam promover o acesso ao mundo do trabalho e a geração de renda.

Portanto, há uma contradição presente: ao passo em que a atenção ao público que não possui vínculo formal de trabalho e que está em extrema pobreza cresce para o Estado, novas respostas e ações são desenvolvidas, mediante a existência da Seguridade Social. Respostas parciais são desenvolvidas e neste cenário, a assistência social ganha regulamentações e diretrizes e um Sistema Único próprio em que vai preconizar em sua Lei Orgânica (1993) a promoção ao mundo do trabalho, caminhando junto ao texto Constitucional dos direitos sociais.

Há também de se entender as razões conjunturais, estruturantes e sistêmicas para a emergência das ações de inclusão produtiva no interior da política social de Assistência Social. Para isso, é importante trazer alguns dados sobre a legislação pertinente sobre a assistência social e a inclusão produtiva, já que por este ser um artigo confeccionado presenciando o Sistema Único de Assistência Social há de se apropriar das normas e leis que o regem. O Acesso ao Trabalho (BRASIL, 2017) traz a seguinte afirmativa sobre a Assistência Social e a Inclusão Produtiva:

No contexto da assistência social, o principal objetivo é proporcionar aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso a informações sobre o trabalho como direito, e a iniciativas de inclusão produtiva, a fim de possibilitar sua inserção formal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ou informal na produção de bens e serviços. O SUAS desenvolve a política de assistência social com o propósito de ofertar proteção social a partir de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios voltados para a população em situação de vulnerabilidade e risco. Assim, no papel da assistência social inclui-se a fomentação da entrada dos usuários dos serviços e benefícios no mundo do trabalho (BRASIL, p.15, 16, 2017).

A Inclusão Produtiva, neste termo, aparece como a síntese no primeiro Governo Lula, no interior do programa Brasil Sem Miséria (Souza, 2014) que preconizava estratégias diferentes como a segurança alimentar, acesso à renda e também a geração de emprego e renda buscando, como já anuncia o nome dado ao ministério do primeiro governo Lula, o desenvolvimento social.

Para Núbia Eloi (2014), em sua dissertação intitulada de “o mito da inclusão produtiva” há a seguinte definição para este momento da política de emprego e renda na assistência social nos governos petistas:

Os resultados da pesquisa permitem inferir que a inclusão produtiva incorporada pelo governo petista (Lula da Silva e Dilma Rousseff) é sustentada pelo discurso ideológico de cidadania, inclusão social, crescimento econômico, protagonismo, desenvolvimento de capacidades que integram a noção de qualificação/educação profissional como mediação da inserção laborativa da população pobre no mundo do trabalho. Portanto, essas categorias têm tendência em escamotear o desemprego estrutural, a exploração do trabalho, as desigualdades sociais e promover por meio do ajustamento da população às demandas do capital e, ainda, para que aceite sua posição dentro da sociedade: a de superpopulação necessária à acumulação capitalista (Eloi, idem, p.11).

Por que tais ações recaem sobre a pasta da Assistência Social e não das diretamente ligadas ao Trabalho? Percebe-se o caráter moralizador e conservador presente na política de assistência social: desloca-se a atenção ao desemprego estrutural e a posição do país frente ao modo de produção capitalista em nível global e direciona o caminho de possíveis soluções por meio dos expropriados deste capital, a parcela da classe que vive do trabalho sem vínculo formal e/ou em situação de extrema pobreza. Tal como aponta Castel (1998) uma parcela que sequer presencia a categoria empregáveis, compondo um vasto contexto de precarização e precariedade (Druck, 2023).

A inclusão produtiva acompanha a tendência do chamado *Workfare*: as políticas de ativação ao emprego que emergiram na Europa e nos Estados Unidos após o fim do então *Welfare State*. (Rendon, Campos, 2021). As políticas de ativação apresentam uma estreita relação com as respostas aos movimentos sociais dos trabalhadores do pós segunda-guerra mundial. Emergem no contexto da crise do Welfare State europeu e buscam responder às suas pendências deixadas.

Visando estabelecer o modo de produção toyotista e assegurar a reprodução do capital como aponta Antunes (2015) também na periferia do capital, considera-se nesta pesquisa que as estratégias de ativação ao emprego da superpopulação relativa acompanham as novas tendências de proteção social. Em outras palavras, a inclusão produtiva, como defende a teoria social crítica presente no Serviço Social brasileiro, representa as novas tendências de sistema de proteção social advindas da hegemonia neoliberal (Rendon, Campos, p. 157).

Dada as mudanças na morfologia do trabalho, de desproteção e desregulamentação, que visam manter a reprodução do modo de produção capitalista contemporâneo, a inclusão produtiva aparece enquanto “ações inseridas na reorganização do processo produtivo e das mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade” (Eloi, 2014, p.16).

No que diz respeito à preocupação objetiva desta pesquisa, a partir dos anos 2000 as políticas públicas de trabalho e renda aparecem com uma perspectiva neodesenvolvimentista, frente ao contexto de desintegração produtiva (Barbosa, 2016) no qual saem as fábricas do mundo do trabalho e fazem-se presente a fragmentação da produção e a precarização dos vínculos trabalhistas.

Algumas análises das ações de inclusão produtiva na Baixada Fluminense/RJ

Apresentaremos nesta seção alguns resultados da análise da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, uma experiência de inclusão produtiva da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu. Entre os documentos disponibilizados, especificamente para este momento foram o Plano Individual de Acompanhamento de 2021 onde consta o banco de dados da plataforma *Google Forms* e o documento “Capacitação-Agência” que descreve as atividades da Agência. Os documentos não são tão expressivos em detalhes, o que pode apontar uma ausência da sistematização da prática profissional, fator importante para o trabalho com políticas públicas. Posto isto, apresentamos o resultado da pesquisa documental em uma unidade de atendimento da assistência social com ações voltadas à inclusão produtiva de Nova Iguaçu, município da região metropolitana no Rio de Janeiro.

No que se refere aos dados da autodeclaração de gênero/sexualidade dos solicitantes da inclusão produtiva em 2021.2, temos 46% do sexo feminino, 53% do sexo masculino e 0,3% que se autodeclararam LGBTQIA+. Precisamos destacar que no contexto dessa análise eram as mulheres que durante a pandemia de COVID-19 estavam como chefes das famílias e que estavam em situação de insegurança alimentar. Eram milhares de lares chefiados por mulheres negras em algum grau de insegurança alimentar.

Quando se percebe que era sob este mesmo período a experiência na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades, chega-se ao resultado suposto de que por vezes a Agência N.I de Oportunidades absorveu mulheres pertencentes da classe trabalhadora que estavam enfrentando dificuldades em relação à renda, e conseqüentemente as diversas outras expressões da questão social, como a fome e a desproteção social. Destaca-se, ainda, o fato de que o público solicitante é composto majoritariamente por homens, contrariando uma possível expectativa de possuir mulheres como usuárias, haja vista a inserção subalterna de mulheres no mundo do trabalho. Nessa esteira, as mulheres requerentes das ações de inclusão produtiva da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades possuem diferentes perfis em gênero e raça, sendo, obviamente, pertencentes à classe trabalhadora. Voltando o nosso olhar ao perfil das mulheres solicitantes das ações de inclusão produtiva no caso de Nova Iguaçu, percebe-se que a questão territorial também tem sido um fator importante de se destacar. Uma das soluções históricas é a busca por empregos mais regulamentados em outros territórios, afastando a pessoa de sua cidade, tornando-a uma cidade dormitório, nome histórico associado à Baixada Fluminense. Com tal indicador de ausência de empregos formais, nota-se que ao não desenvolver políticas públicas destinadas aos diferentes perfis de trabalhadoras/es, a política de assistência social reproduz problemas fundantes das expressões da questão social. Sistema este que, como Davis (2016), não caminha junto com os direitos das mulheres.

Dado a realidade dos frágeis vínculos de trabalho, uma alternativa que tem se intensificado especialmente logo após a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 no contexto brasileiro é a tônica do “empreendedorismo” como regra, o que mascara a demanda por vínculos de trabalho e a necessidade de um emprego com garantias salariais. Pois, se do contrário fosse, a procura pela agência não existiria, nem tampouco com uma frequência intensa, sendo cerca de 1000 atendimentos cadastrados apenas entre julho e dezembro de 2021, o que dá o total de 166 atendimentos por dia.

Com as reformas que visam o desmonte da Seguridade Social dos últimos anos como a Trabalhista e a da Previdência, percebe-se uma agudização da precariedade para as mulheres:

Na atualidade, a precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho. A reforma trabalhista de 2017 produz a regressão dos direitos trabalhistas que afetam diretamente as mulheres, os pobres e os negros. Ademais, como vimos, não cumpre a promessa da geração de empregos e melhorias salariais, com repercussões ainda mais nefastas para as trabalhadoras (Gama, A., et. al, p. 114, 2024).

No tocante à raça/etnia dos solicitantes em 2021.2, temos: Negro: 61%; Pardo: 25%; Branco: 13%; Indígena: 0,23%.

Nas últimas décadas, os países de capitalismo central enfrentaram um processo de desmonte da proteção e do seguro vinculado ao trabalho e dos vínculos de emprego, fenômenos como a uberização e os trabalhos via plataformas digitais, agudizados no contexto da pandemia de covid-19 trazem o que Antunes (2022) nomeia de metabolismo antissocial do capitalismo.

Não é surpresa que tal expressão chegaria nos países periféricos, como no Brasil, como demonstra o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários. Ademais, outro ponto também a ser destacado reside no fato de que apenas uma parcela da população acessava plenamente estes direitos, enquanto outra historicamente não acessava. Logo, ao se debruçar sobre alguns indicadores sociais, percebe-se um perfil majoritário daqueles que estão desprotegidos, isto é maioria de pretos, pardos, indígenas e uma parcela de brancos pobres e periféricos. Os indicadores sociais da Agência também caminham em concordância com tal conhecimento. Se somado o quantitativo denominado de negros e pardos e indígenas, temos o quantitativo de 86,23% no perfil de raça/etnia dos solicitantes de ações de inclusão produtiva.

Vejamos abaixo o tangente à escolaridade:

Ensino Fundamental: 21%

- **Ensino Médio:** 68%
- **Ensino Superior:** 10%

Adensando esses dados, há uma demanda prioritária para as seguintes ocupações mais solicitadas que eram as de auxiliar de serviços gerais e similares, repositor e estoquista, atendente e recepcionista e operador de caixa, todas atividades que requerem menor nível de escolaridade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Concentremo-nos agora na apresentação das atividades desenvolvida na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades (ANIO):

Tabela 01: **Serviços da ANIO**

Serviços Oferecidos pela Agência Nova Iguaçu de Oportunidades	
Sala de espera humanizada:	É a porta de entrada da Agência. Por meio dela, os usuários são acolhidos e se tornam conhecedores dos serviços oferecidos pelos setores e equipamentos da Assistência Social; e o mais importante, recebem orientações objetivas para inserção no mercado de trabalho, e têm suas dúvidas esclarecidas.
Oficinas de orientação para o mercado de trabalho:	Diante da dificuldade para inserção no mercado de trabalho, as oficinas visam acompanhar os usuários atendidos através de palestras, dinâmicas e rodas de conversa a fim de sensibilizá-los sobre a produção de currículos, formação profissional e provocar a reflexão do trabalho como parte do projeto de vida.
Orientações básicas para entrevistas	Serviço oferecido aos usuários quando estes são convocados para um processo seletivo ou entrevista. O objetivo é orientá-los quanto à documentação necessária, o perfil, da empresa, apresentação pessoal, entre outras ações.
Balcão de oportunidades e auto Atendimento pelo WhatsApp:	A Agência oferece uma plataforma virtual de cadastro- PIA (Plano Individual de Acompanhamento) e autoatendimento. Além disso, realiza a divulgação de vagas de emprego e de cursos gratuitos, esclarece dúvidas de usuários e presta orientações sobre o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

	exame que certifica jovens e adultos que não concluíram o ensino médio.
--	---

Fonte: elaboração própria com informações da SEMAS/NI

Nota-se na tabela acima uma certa concentração no que é chamado de “orientações” e o conteúdo se repete em pelo menos duas das ações da ANIO: a sala de espera humanizada e as orientações sobre entrevistas de emprego. Se tratando de temas correlatos, as orientações ministradas durante a sala de espera eram compostas por temas gerais sobre o cotidiano, como a reprodução de canções otimistas e funcionava da seguinte maneira: eram apresentadas as informações sobre onde estão localizados os CRAS, o CREAS e demais equipamentos pertinentes do território e ao final, uma canção era cantada pelo profissional da pedagogia. Como por exemplo a canção com a letra “é preciso saber viver” (não necessariamente esta, mas com o mesmo estilo motivacional). Eram ministradas também pela equipe do organograma, em caráter de escala, uma espécie de palestra motivacional, como estímulos a continuar no mundo do trabalho e conversas sobre dificuldades comuns nesta esfera ocupacional. Ainda, como dito, os equipamentos da assistência social também eram apresentados. Portanto, a ação possuía um objetivo indireto de socialização de informações sobre a estrutura da secretaria, porém deixando de lado a questão da inclusão produtiva.

Das ações presentes no quadro, o “Balcão de oportunidades e auto Atendimento pelo WhatsApp” era o momento em que as informações sobre escolaridade, ocupação de interesse e afins eram coletadas. Assim, tal balcão era uma atividade muito procurada pela população e o maior fluxo de atendimentos era na parte da manhã.

Diante do exposto, percebe-se que as ações de Inclusão Produtiva da Agência Nova Iguaçu de Oportunidades aproximam-se do Serviço de proteção e atendimento integral à família - PAIF no tangente aos seus serviços analisados. Entretanto, não foi identificado na análise documental elementos que apontassem uma articulação com a rede do Sistema Único de Assistência Social do município, como o Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, o CREAS. Tampouco a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades buscou construir uma rede com os serviços de acolhimento institucional do município, tendo em vista esta ser uma ação relacionada à inclusão produtiva na assistência social. Ainda, não há algo oficial que denota uma relação com as demais pastas governamentais

como a secretaria de Educação, por exemplo, apontando enormes dificuldades de articulação intersetorial.

Na esteira das ações, a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades apresentava também um serviço para estímulo ao empreendedorismo, sendo parte de um de seus eixos de projeto.

Como assinalado por Boschetti (2016), observa-se a estreita relação entre trabalho e assistência social frente ao contexto de desmonte do Estado Social como as políticas sociais eram conhecidas. Também ao retornar à discussão sobre trabalho – elaborada no capítulo dois desta dissertação – percebe-se nitidamente alguns aspectos da nova morfologia do trabalho (Antunes, 2014) sendo contempladas pelas ações no encontro intitulado de “Inclusão Produtiva”, como o cooperativismo, uma ação descrita no documento acessado.

Longe de apontar as lacunas da Agência, entende-se aqui a estreita relação em responder às demandas de uma gestão federal que, à época, pouco oferecia em ampliação dos direitos sociais, tendo por exemplo extinguido o Ministério do Trabalho, como certa vez lembrou a orientadora desta pesquisa. Portanto, restavam poucas alternativas aos profissionais. Faz-se aqui uma análise crítica, mas também entendendo a dialética relação do Estado com as necessidades e reivindicações da classe-que-vive-do-trabalho, nos termos de Antunes (idem).

É de se reconhecer a iniciativa de uma secretaria municipal em criar um equipamento apenas para uma demanda que sequer é a prioridade, pois a maioria dos recursos da política de assistência social tendem a não ir para os serviços e sim para as transferências de renda. Nesse sentido, há uma iniciativa interessante a ser destacada.

O quantitativo analisado também indica que havia trabalhadores solicitando empregos na ANIO. Porém é preciso analisar de forma estrutural, mesmo com a iniciativa local. Percebe-se na Agência a reprodução de algumas pautas da flexibilização próprias da contemporaneidade do capitalismo.

No decorrer dos documentos analisados, percebe-se o termo “autonomia”, por exemplo. Tal discurso faz jus às tônicas demandadas pela iniciativa privada. Ao ser uma pasta do Estado, a secretaria acaba por replicar ações e iniciativas que fogem à lógica dos direitos e dos interesses da classe-que-vive-do-trabalho. Contudo, ainda é uma ação que denota uma atenção em meio a um contexto pandêmico e sob uma gestão federal – de Jair Bolsonaro – que não auxiliava os estados e municípios, tendo até mesmo extinguido o Ministério do Trabalho. Como se sabe, sem ministérios, sem recursos, os municípios tendem a aglutinar as suas pastas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No aspecto aos limites das ações de inclusão produtiva, tal como Druck (2023) indica, a precariedade parece ser uma característica que segue com os trabalhadores na atualidade. Com isso, a Agência tende a reproduzir alguns destes aspectos como a lógica do incentivo ao empreendedorismo, sem alguma ação concreta relacionada à geração de emprego e renda, pelo menos no período estudado para esta dissertação.

O texto de Silva *et al* (2021) busca teorizar sobre o momento das políticas sociais sob o contexto da pandemia da Covid-19 e a gestão ultraliberal de Jair Messias Bolsonaro, não se limitando a apenas trazer uma análise de conjuntura. As autoras constroem com êxito a tarefa e trazem à tona o fato de que a pandemia trouxe visibilidade para questões fundantes da Questão Social no Brasil, sendo uma delas o seu parco e inconstante mundo do trabalho.

Com a ocorrência da pandemia da Covid19, enquanto o país passou a vivenciar incertezas relacionadas à origem do vírus, à forma e ao tempo das restrições, às interdições e racionamentos, assim como às consequências políticas, econômicas, nacionais e internacionais provocadas em função dos confinamentos (MORIN, 2020), o governo federal se alinhou ao restrito bloco de governantes que, ao redor do planeta, nega a virulência da enfermidade. De fato, cumpre ressaltar a postura de descaso assumida pelo governo Bolsonaro, face ao drama sanitário e social sem precedentes vivenciado pelo mundo e, particularmente, por um país como o Brasil, já historicamente marcado pela desestruturação do seu mercado de trabalho e por elevados índices de pobreza e desigualdade (Silva, Sousa, Lima, p. 111, 2021).

O texto apresenta ainda o seu norte teórico quando afirma que há uma prevalência dos programas de transferência de renda no Brasil desde pelo menos os anos 1990.

É interessante constatar como a literatura crítica de referência do campo do Serviço Social possui um consenso em defender os programas sociais de ordem monetária, mas também acrescentam que eles não são e nem devem ser percebidos como o fim, a solução. Tratando-se de serem a expressão de um momento do capitalismo mundializado e financeirizado, que tal qual aponta Brettas (2020), erguem respostas parciais às expressões da questão social de uma sociedade que precisaria de mais do que transferências de renda para alcançar uma justiça social plural e redistributiva.

Portanto, no cenário local da Baixada Fluminense, no tangente à inclusão produtiva, nota-se caminhos que apontam para a contextualização do momento em que o Estado Social no capitalismo inicia medidas de ativação para o emprego desregulamentado, como uma estratégia para enfrentar as suas crises (Filgueiras, 2022). Sendo a experiência na Baixada Fluminense, a expressão de uma delas. Vejamos Filgueiras (*ibidem*):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O panorama internacional das últimas décadas foi menos amigável a políticas de desenvolvimento que tivessem como norte o pleno emprego e a proteção ao trabalho. São diversos e de diferentes ordens os fatores que explicam esse cenário, como o esgotamento da conciliação capital vs. trabalho estabelecida no pós-guerra e o fim da arquitetura institucional, financeira e produtiva que acelerou o desenvolvimento nos países centrais e facilitou o crescimento de parte da periferia. O fim do fantasma soviético ajudou o capital a procurar uma dominação pouco conciliadora, enquanto globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização formavam um ambiente com restrições a receitas alternativas (Filgueiras, p. 13, 2022).

Percebe-se com a citação um consenso da literatura crítica do Trabalho e das Políticas Sociais: as respostas para busca do aumento nos vínculos de trabalho e de qualidade de vida não estão concentradas em atitudes individuais dos trabalhadores, mas sim no entendimento para agir sob as lacunas estruturais que moldaram o mundo do trabalho na sociedade capitalista, no caso do Brasil, a sua modernização conservadora ingressa na periferia do capital (Behring, Boschetti, 2013).

Considerações Finais

Com a presente pesquisa, foram encontrados alguns resultados brevemente discutidos como: as ações de inclusão produtiva, por vezes, tendem a não apontar as raízes do desemprego; uma vez que tais ações ficam na esfera dos atendimentos, sem um quantitativo efetivo de trabalhadores absorvidos no mundo do trabalho; a assistência social traz a pauta da inserção social para si em um contexto de neoliberalismo e descontinuidade do projeto de construção de uma seguridade social ampliada. Nesse sentido, com a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades pode-se ter um ilustrativo da inclusão produtiva na assistência social a partir da análise documental.

Tal como aponta a Lei Orgânica da Assistência Social, a política de assistência social deve aparecer como uma parceira, articuladora das ações de inserção ao mundo do trabalho e o protagonismo ser das políticas de trabalho. Com esse norte, é profícuo a presenças de ações nas unidades de atendimento, desde que sigam sob a ótica de um sistema de proteção social atento não somente às demandas do mercado, mas às necessidades e particularidades dos usuários da Assistência Social que requerem as ações de geração de emprego e renda.

Mas, sem entender as particularidades do capitalismo brasileiro e as respostas do Estado (Brettas, 2020) para com a “questão social” e as suas expressões, tais ações e políticas públicas de trabalho e renda serão limitadas e executadas sob caráter moralizador e fragmentado, como na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

verdade é o histórico das ações de empregabilidade brasileira em esfera federal (Pochmann, 1988; Silva e Yazbek, 2012).

Em suma, como resultado da revisão bibliográfica temos algumas constatações:

a) É consenso na literatura acadêmica a heterogeneidade do mundo do trabalho brasileiro, composta por vínculos formais e informais e com demasiada presença de relações de trabalho desregulamentadas e sem proteção social.

b) As raízes dos indicadores sociais de desigualdades que são encontrados no mundo do trabalho e nas políticas sociais possuem origem na formação socioeconômica brasileira e na desproteção histórica de sua população racializada.

c) A inclusão produtiva para a literatura do Serviço Social é percebida como uma das medidas que emergem no rol de ações que buscam medidas parciais para corresponder à desproteção social de um Estado Social que sequer chegou a ser implementado em sua plenitude, devido ao avanço neoliberal desde os anos 1990.

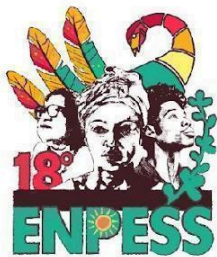
Acrescenta-se como consideração a disputa pelo fundo público e pelo financiamento de políticas e projetos sociais, tendo Behring produzindo pesquisas pertinentes a este debate nos últimos anos. Apenas com objetivos definidos e recursos necessários para as pastas de trabalho e não apenas da assistência social é que se consegue construir pilares que mudam a realidade de toda uma classe multifacetada que vive do trabalho.

É preciso também fazer a consideração de que a Inclusão Produtiva não é tida aqui como uma ação a ser extinta ou que não atenda às demandas e necessidades dos usuários do Sistema Único de Assistência Social, ao contrário. Mas, sem entender as origens fundantes que a inclusão produtiva busca responder (a ausência e a geração de emprego e renda) ela será limitada, moralizadora e fragmentada. Enfim, alienada. Justamente por não entender o seu público e o escopo de sua política hospedeira, a assistência social.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. SÉCULO XXI: Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 28 (81), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zDCryfbtfD3Yw6YXTTB3YXL>. Acesso em fev. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho; 11^a. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

APARECIDO Rendon, Silvio, CHRISTINE SANTOS DE CAMPOS, Eliane. Tendências atuais da proteção social: considerações sobre o workfare e as políticas de ativação. *SER Social*, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 156–175, 2021

_____. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: da “letra da lei” ao sentido do texto

. *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, p. 37–50, 15 Fev 2013 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1175>. Acesso em: 5 jul 2024.

_____. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. *in Serv. Soc. Soc.*, n. 125, p. 167-188, São Paulo, jan./abr. 2016.

BEHRING Elaine e ROSSETTI Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo. Cortez, 2016.

_____. Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo. Cortez, 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. ACESSUAS Trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho. – Brasília, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro. Consequência, 2020.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

COSTA, et. al. A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil sem Miséria. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_9.pdf> Acesso em: 02 jun. 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe, 1^a edição. Boitempo, São Paulo, 2016.

ELOI, Núbia Machado. O mito da inclusão produtiva: o discurso ideológico de cidadania, inclusão social e crescimento econômico do estado brasileiro de FHC à Dilma, Belém, 2014.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Perspectivas para o trabalho no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 21, n. 51, p. 116–136, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.72468.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/72468>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GAMA, A. S.; SILVA, A. P. P. da. Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. CRV, Curitiba, 2024.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre. Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010

MOSER, Liliane. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. Rev. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011

SILVA Maria Ozanira da Silva e, Yazbek Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

_____, Salviana de Maria Pastor Santos; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Auxílio emergencial e trabalho do Serviço Social no contexto da Covid-19. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 19, n. 48, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.60299. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60299>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SOUZA. Fátima Valéria Ferreira de, (org.) Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2014.